

CORDÉLIA DE SOUZA CASTELO BRANCO

Sexualidade e Violência

As Instituições Como Lugar de Sua Perpetuação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1999

CORDÉLIA DE SOUZA CASTELO BRANCO

Sexualidade e Violência:

As Instituições Como Lugar de Sua Perpetuação

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Cordélia de Souza Castelo Branco e aprovada pela comissão julgadora

Campinas, 25 de Janeiro de 1999

Dissertação apresentada, como exigência parcial,
para obtenção do Título de MESTRE em
EDUCAÇÃO na Área de Concentração :
Psicologia Educacional, à Comissão Julgadora da
Faculdade de Educação da Universidade Estadual
de Campinas, sob a Orientação da Professora
Doutora
Isaura R. F. Guimarães.

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Isaura R.F.Guimarães

Profa. Dra. Sônia da Cunha Urt

Prof. Dr. Valério José Arantes

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho às crianças e jovens tangidos pelo ferro da violência em seus corpos e em suas almas.

Minha esperança: um dia não seremos mais vítimas nem agressores.

AGRADECIMENTOS

Aos alunos e seus professores, meus auxiliares e ensinantes durante todos esses anos de trabalho, minha gratidão.

Aos amigos, presentes em momentos cruciais, minha fraternidade eternamente presente.

A minha persistente orientadora, a alegria de compartilhar o fruto de nosso trabalho.

SUMARIO

1. PRÉ-ESTRÉIA

- 1.1. O abuso sexual e a trama das instituições 11
- 1.2. Aquecendo para o espetáculo 17

2. O CENÁRIO DE FUNDO

- 2.1. A maternidade e a construção do conceito de criança 20
- 2.2. Mulheres: objetos a serviço dos interesses dos homens 23

3. TABLADO TEÓRICO

- 3.1. Em foco: as contribuições da teoria de gêneros 36
- 3.2. Em foco: as contribuições da teoria de Moreno 42

4. O ROTEIRO

- 4.1. A busca de um caminho (des) revelador 45
- 4.2. Caminhos onde não correm leite e mel 49
- 4.3. Dados a serem entendidos 53

5. CENAS DE UM DRAMA

- 5.1. As tramas do abuso sexual 55
- 5.2. As instituições e suas arbitragens 56
- 5.3. No atendimento, a negação da dor 61
- 5.4. Encaminhamentos: testes aos nervos 64
- 5.5. Os Abusos Sexuais e as denúncias 67
- 5.6. As denúncias desistidas e os processos esvaziados 72
- 5.7. A situação da família: entre a cruz e a caldeirinha 74

6. CENA FINAL

- 6.1 Daremos fim a agonia da violência? 77

SUMMARY 84

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS 85

*Tá lá o corpo estendido no chão
Em vez de rosto uma foto de um gol
Em vez de reza uma praga de alguém
E um silêncio servindo de amém*

João Bosco

1. PRÉ-ESTRÉIA

1.1 O abuso sexual e a trama das instituições

O tema da Sexualidade, como interesse de conhecimento, motivou-nos ainda na faculdade de Psicologia, nos anos oitenta, e a paixão pela área vem crescendo desde então. Os trabalhos que realizamos sobre o tema da sexualidade junto as escolas públicas e privadas, foram fundamentais ao aprofundamento de conhecimento bem como disparadores de questionamentos e reflexões.

A questão do abuso sexual se constituiu, nesse processo, como um dos mais difíceis pontos a ser desvelado. Tal desafio trouxe consigo a tarefa de denunciar uma barbárie que a sociedade, como um todo, insiste em não ver.

A fala de Roland Summit e Joan Kryso (1984) ajuda-nos a entender a dimensão teórico-prática do problema do abuso sexual:

“... com toda a importância central dos conceitos de incesto na fundamentação da teoria psicodinâmica e com toda a fascinação perpetuada em torno de fantasias incestuosas, parece haver uma relutância deliberada em confrontar o incesto como um evento real” (pag.100).

O silêncio sobre o assunto nos trabalhos referentes à sexualidade é comum, mesmo entre os profissionais que ouvem relatos ou se deparam com os indícios de abuso sexual. Tal atitude denuncia a relutância em assumir o problema, enquanto fato na vida de crianças e adolescentes.

A escolha deste tema abuso sexual, para essa tese de mestrado, surgiu a partir dos relatos de um grupo de meninas adolescentes junto as quais, desenvolvi um trabalho de Orientação Sexual, no ano de 1992. O tema específico “Gênero” desencadeou o assunto do abuso sexual e flagramos, nesse momento, nosso desconhecimento acerca do assunto, de gravidade e extensão indiscutíveis.

As intervenções realizadas junto às jovens se constituíram em principal provocador para pesquisar o tema do abuso sexual. Contudo, na qualidade de supervisora de projetos em Orientação Sexual desenvolvidos junto aos professores das redes públicas, ouvimos relatos de abuso sexual cometidos contra as crianças e adolescentes.

O trabalho de Orientação Sexual realizado junto às adolescentes, propunha ações sistemáticas nas quais eram discutidos temas de seus interesses, cuja metodologia oportunizava a construção de vínculos pautados na confiança entre os integrantes do grupo.

Ali, as regras de condutas foram elaboradas por seus integrantes no intuito de favorecer a participação e o bem-estar de todas nas discussões.

O clima de trabalho de Orientação Sexual aliado a outras características facilitadoras, contribuiu para as jovens se sentirem confiantes junto ao grupo a ponto de compartilharem dúvidas sobre o assunto do abuso sexual.

Também colaborou o fato de não pertencermos ao círculo familiar dessas adolescentes e de estar na mesma condição de cumpridora das regras do grupo. Junte-se a isso, o fato da proposta do trabalho em Orientação Sexual oportunizar diversos questionamentos inclusive da relação entre homens e mulheres. Ainda, a homogeneidade do grupo enquanto do sexo feminino favoreceu a fala sobre o tema “abuso sexual” uma vez que a presença do sexo oposto causaria constrangimento.

Acreditamos que o fato do grupo ter sido dirigido por uma mulher adulta facilitou a participação das adolescentes, por ser comum nessa fase, a procura de outros modelos identificatórios. O ponto importante a ressaltar é que, ao contrário de outras posturas e opiniões que difundem e perpetuam visões cristalizadas sobre os gêneros, as adolescentes puderam beneficiar-se da discussão do assunto conhecendo sua amplitude. A idéia de que, “homem é assim mesmo”, veiculada no meio em que vivem, pode ser questionada a partir do conhecimento dos diferentes modos de ser homem e mulher. Sendo assim, a idéia de ver transferida a responsabilidade do abuso sexual para as vítimas foi questionada. Também expuseram suas opiniões sobre o fato do adulto agressor ser inocentado e as demais pessoas envolvidas em casos de abuso sexual ficarem descomprometidas com a situação: mãe, tia, vizinha.

Nas leituras realizadas posteriormente, verificamos que as falas escutadas pelas adolescentes acerca do abuso sexual são compreendidas, segundo Hélio de Oliveira Santos (1984), como um dos complicadores nessa questão. O fato das pessoas agredidas assumirem-se responsáveis pelo que lhes ocorreu é agravado se, as pessoas de seu convívio confirmam essa responsabilidade. Tal postura, justifica a existência de alguma provocação ao agressor instala-se desse modo, a condição para novas agressões acontecerem impunemente.

A letra de João Bosco nos fala do letal *acostumbramento* com a violência e, situações de descasos frente ao ser humano que sofre violência, sempre nos causou espanto e medo. Ficamos a pensar onde essa indiferença poderá levar a todos. O inconformismo sentido diante de casos de violência sexual, foi o motor que nos levou a buscar respostas para os atos de abuso cometidos por adultos contra as crianças.

Na tarefa de elaboração dessa reflexão buscamos, inicialmente, entrevistar as vítimas e seus agressores. Logo nos deparamos com nossa ignorância jurídica. Agressores confessos, jamais seriam encontrados em liberdade. Vítimas se ocultavam em sua dor. Informações eram negadas e outras dificuldades foram se mostrando com tal punjança no meio do caminho que, optamos por lançar o foco sobre as instituições.

Dos contatos com as profissionais, funcionários das instituições pesquisadas, emergiram diversas questões. Algumas delas: como as instituições estruturam os trabalhos junto ao público vítima do abuso sexual? A ação dos profissionais sustenta ou não o sistema institucional? De que modo? Como se dão as relações dos diversos atores nos

sistemas institucionais? Quais são os interesses e expectativas que perpassam essas relações?

Algumas respostas foram se construindo aos nossos olhos. Entendemos que, o advento da Psicologia, das Ciências Sociais e do Serviço Social bem como o aumento de informação na Medicina, possibilitaram uma maior e melhor compreensão da realidade e das necessidades próprias das crianças e adolescentes. Na ausência de uma família cuidadora, os profissionais acabam sendo chamados pela instituição e/ou pela família da vítima a realizar esse papel sem contudo, poderem cumpri-lo até porque não contam com o Estado, cuja estrutura está longe de atender as necessidades da população vitimizada.

Outra resposta que foi se configurando, se refere a postura dos profissionais. Sabedores dessa realidade, muitas vezes não se organizam fazendo frente ao funcionamento das instituições a que pertencem. Entregam-se a descrença e a idéia de que são incapazes de transformar a estrutura institucional. Muitos são envenenados pela alienação e pelo individualismo.

Entender a barbárie do abuso sexual e a postura descomprometida frente a atitudes violentas e abusivas cometidas contra crianças e adolescentes não é tarefa fácil. Esse trabalho propõe-se compreender as relações entre profissionais de instituições e a população vítima de violência sexual usuária dos serviços públicos. Situa as relações de complementaridade existentes entre o sistema institucional, os profissionais e as famílias das vítimas assinalando o quanto essas relações propiciam a manutenção e desdobramento da violência nos serviços procurados.

Propõe-se ainda, compreender as dinâmicas das relações privadas na questão do abuso sexual e o quanto amalgamadas estão com as relações públicas já que uma e outra, padecem de saúde.

Nessa tarefa, a história das mentalidades servirá como pano de fundo nos situando dentro da construção dessas relações perversas mas que, por serem históricas, podem ser superadas. **O Cenário de Fundo** contextualiza a Infância, a Adolescência e a situação da mulher na História (Idade Média) chamando a atenção para o lugar que ocupam na sociedade da época.

A herança dessa trajetória chega aos nossos dias e a comentamos a história da criança no Brasil que é, um dos países portadores de sérias questões sociais onde a violência atinge índices preocupantes nos diferentes sistemas.

No **Tablado Teórico**, movimentam-se as leituras teóricas por entre os dados narrados. A Teoria de Gêneros se entrelaça em diálogo com o Psicodrama pretendendo nesse diálogo mapear o tema do abuso sexual e explicar a polaridade entre os gêneros.

O Psicodrama auxilia enxergar a complementaridade no jogo dos diferentes papéis. Se existe violência é porque do outro lado da relação não existe denúncia. Ou não existe punição. Ou as duas coisas. A violência do abuso sexual cometida no espaço privado permite pensar que as muitas violências cometidas no espaço público estão igualmente impunes e escamoteadas. Se os inúmeros casos de violência ocorridos no micro sistema fossem desvelados e denunciados provavelmente o mesmo aconteceria no macro sistema.

Pensando o micro sistema e o macro sistema como o mesmo em proporções diferentes, é possível entender que as relações de poder transitam entre e nos dois universos. Sendo assim, as vítimas (micro sistema) que procuram as instituições (macro sistema) sofrem nova violência. A acolhida do profissional ainda que existente, esbarra no ineficaz modo de funcionamento da instituição que impede a superação desse grave problema social. A tarefa de socorrer as vítimas muitas vezes acaba “morrendo na praia”. Sem saber, o profissional ajuda a manter e reproduzir esse sistema.

A denúncia do abuso sexual não é só uma denúncia privada. Ela facilmente nos transporta para a questão da violência enquanto linguagem falada nas relações de poder que perpassa o mundo público e o privado. Essas análises serão desenvolvidas com detalhes nas leituras das cenas.

1.2. Aquecendo para o espetáculo

O lugar reservado à criança e ao adolescente ao longo da história, no mundo ocidental, revela a manipulação do adulto voltada para esses segmentos da população. O fato de ganharem atenção em momentos críticos da economia ou quando o Estado é ameaçado, aponta para uma postura política utilitarista.

O cuidado aos menores só acontece quando há interesses de ganhos demográficos, econômicos e pessoais dos adultos com os quais convivem.

Essa postura é claramente percebida na questão do abuso sexual. A formulação de conceitos sobre o que caracteriza incesto e, nele, o abuso sexual, denuncia que chegamos

a níveis onde essa prática não é tão esporádica e de números tão insignificantes. Sendo assim, crianças e adolescentes continuam sendo usados por adultos como depositários das suas arbitragens e suas loucuras.

Santos menciona que o *National Center on Child Neglet (NCCAN)* descreve o abuso sexual como,

“ todo contato ou intenção entre uma criança e um adulto, sendo a mesma usada para estimulação sexual do adulto ou terceiros. Pode ser cometido até por menores de 18 anos desde que significativamente mais velhos que a vítima, tendo o abusador uma posição de poder ou controle sobre a criança”.

O Centro Regional de atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI) no período de julho/85 a junho/91 teve 1846 casos notificados dos quais 101 foram de abuso sexual. Esta mesma instituição afirma que para cada caso notificado existam dez novos casos ocorrendo o que daria um número dez vezes acima aos 101 ou seja, 1010 novos casos não notificados.

Santos também nos diz que

“ Em países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde um programa nacional de prevenção e notificação é desenvolvido, estima-se que mais de duzentas mil crianças por ano são vítimas dessa epidemia” (pag. 14).

Sabemos que o incesto contribuiu para o perpetuação da raça humana. Este mesmo autor, menciona em seu livro que, por 14 gerações, os príncipes incas mantiveram sua

linhagem pura em virtude de casamentos entre irmãos e irmãs. Também nos lembra que, Cleópatra, descende de casamentos entre irmãos.

O incesto está ligado a aspectos culturais e históricos que, por isso, ganha significados diferentes segundo o lugar e tempo na História. Sendo assim, conhecer as circunstâncias atuais geradoras dos comportamentos incestuosos é imperioso em virtude de ser comum as figuras do pai, do irmão, do tio e do avô submeterem filhas, irmãs, sobrinhas e netas aos atos da violação sexual

Procuramos indagar dos aspectos culturais, sociais, psíquicos e de gênero para entender a ocorrência do abuso sexual. Suspeitamos que ,a presença de drogas, abusos sexuais pregressos ocorridos na vida do homem ou da mulher agressores dos casos de abuso sexual, bem como a perda de referência dos papéis da família sejam parte dessa situação.

Sabemos que, junto com a procura de respostas à barbárie, caminha a emergência de busca de atendimento adequado às crianças e adolescentes. Isso não pode esperar.

2. O CENÁRIO DE FUNDO

2.1. A maternidade e a construção do conceito de criança

Acreditamos que homens e mulheres estabelecem relações circunscritas no tempo histórico, aqui situadas para compreensão das interações estabelecidas entre a sociedade, a infância e a adolescência. É nesse contexto que o abuso sexual pode ser entendido e encontradas algumas respostas para sua existência.

Os momentos históricos e, nestes, as tensões sociais, os interesses específicos de época e o entendimento de como as relações entre homens e mulheres transcorreram, fornecem pistas ao desvelamento da existência da violência sexual.

Começando pela relação entre sociedade e infância, encontramos em Elisabeth Badinter (1980) importantes referências a respeito dos quase dois séculos de argumentos que a Igreja, o Estado e os ideólogos tiveram que usar à favor da maternidade na França, durante os séculos XVI a XVII, como parte de uma campanha para aumentar os baixos índices demográficos, ocasionados pelas altas taxas de mortalidade infantil.

Sendo assim, a manutenção da vida das crianças tinha por objetivo a manutenção da nação. A preocupação não era dirigida à criança propriamente, mais ao adulto em que ela se constituiria, garantindo os seguros índices demográficos que, por sua vez, garantiriam a riqueza do Estado.

Segundo a autora,

“ O novo imperativo é portanto a sobrevivência das crianças... As perdas passam a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças” (pag.146).

A história da humanidade se confunde com a história do poder e, nesta, as vidas atendem a interesses de setores específicos comentados por Badinter:

“...quando a sociedade se interessa pela criança, por sua sobrevivência e educação, o foco é apontado para a mãe, que se torna a personagem essencial, em detrimento do pai” (pag.26).

O êxito da campanha realizada junto às mulheres com o intuito de que cuidassem de sua prole, passou do terrorismo protagonizado pela Igreja e pela Ciência, às promessas dos ganhos de status social. A Igreja falava sobre a dor sentida pela alma, punida pelo castigo, pelo não cuidado aos filhos e a Ciência, das dores físicas e das seqüelas, ocasionadas no corpo da mulher pela não amamentação aos bebês.

A campanha também incentivava que as mães permanecessem com seus bebês e não os entregassem às amas-de-leite, evitando o risco de óbitos e, para isso, garantindo-lhes o respeito e o reconhecimento. O desejo de *status* social , na época, fazia as aristocratas buscarem os espaços dos salões de festa e não assumindo as restrições do papel de mãe. Embora a condição econômica das mulheres de comerciantes, alfaiates ou artesãos permitisse que se ocupassem dos filhos, estes eram entregues às amas-de-leite habitantes do campo.

Transformar tais desejos e necessidades exigiu quase dois séculos de apelo à maternidade. Segundo Badinter,

“todos os ideólogos lhes prometeram mundos e fundos se assumissem suas tarefas maternas: ‘Sede boas mães, e sereis felizes e respeitadas. Tornai-vos indispensáveis na família, e obtereis o direito de cidadania.’

Inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera” (pag. 147).

A pesquisa de Badinter acerca do instinto materno trás contribuições importantes ao apontar que o envio das crianças às casas de amas era atitude comum a todas as camadas da sociedade. Sendo assim, a autora questiona a existência, *à priori*, do instinto materno e entende que a relação entre mãe e filho é construída. Além disso, situa a relação familiar e do casal, lembrando que a supremacia masculina já existia, antes dos interesses se voltarem para a maternagem da criança:

“...como a sociedade valoriza o homem e, portanto, o marido, é normal que a esposa dê prioridade aos interesses deste sobre o bebê ” (pag. 77).

O fato do homem ser representante do rei, no espaço privado, conferiu-lhe condição privilegiada.

Podemos dizer que essa situação mostra-se atual nos casos de abuso sexual, o que nos leva a questionar o respeito e amor dos pais com os filhos e duvidar da família harmoniosa.

Santos (1984) comenta essa situação :

“o abuso sexual na infância proporcionado na relação menor-família põe em cheque os tabus sociais relativos à vivência harmoniosa familiar, o respeito versus o amor materno e paterno...” (pag. 23).

2.2. Mulheres: objetos à serviço de interesses dos homens

A vitimização de crianças, jovens e mulheres não é recente na história. Jacques Rossiaud (1991) nos informa, em sua pesquisa sobre a prostituição na Idade Média, as motivações para a violência sexual cometida por grupos masculinos contra as mulheres. A primeira referia-se à aquisição do privilégio da masculinidade, onde a violência sexual era amparada pela visão maniqueísta da mulher, que só podia ser entendida como pura ou como puta:

Ele cita,

“Freqüentemente evoco uma imagem que traduz bem o lugar respectivo do homem e da mulher na cidade do século XV: a do galo e da galinha que, como tal, deve ser subjugada e dominada: acrescentemos a isso uma visão bastante maniqueísta da mulher, que só pode ser pura ou puta...” (pag.32).

A segunda motivação citada pelo autor, refere-se ao uso do estupro como objeto de expressão do inconformismo masculino em relação à condição social desfavorável, em que viviam alguns homens. O estupro foi o revanchismo de alguns deles que se sentiam excluídos socialmente:

“...a violação coletiva era para muitos, operários pobres, criados e filhos de miseráveis, a expressão de pulsões ou de frustrações ainda mais profundas: da rejeição da ordem. Através da violação, marca-se a viúva jovem ou a moça casadoira fazendo-a cair em decadência...” (p.33).

Também a ausência de um pai que oferecesse um modelo de adulto contribuía para esses comportamentos acontecerem:

“Muitos deles não tinham em casa a presença de um pai capaz de oferecer-lhes um modelo de adulto...” (pag. 31).

Segundo Rossiaud, restava aos jovens procurarem outros modelos fora da família e utilizarem-se do privilégio masculino que permitia atos sexuais violentos, sem punição.

As desigualdades econômicas reduziam a oportunidade de matrimônio. E essa ausência de dinheiro e mulher gerava tensão, escoada nas práticas sexuais agressivas dirigidas às mulheres:

*“... os **juvenes** das cidades muradas, para escapar do tédio, buscam espontaneamente à noite, a aventura e a briga, ficam à espreita, perseguem as moças e praticam violações”* (p.32).

A desqualificação da mulher explica a condição de depositária das tensões sociais, já que a violação ao seu corpo, era usada como meio de expressar uma insatisfação social. Tais atos sexuais violentos, denunciavam a condição de assimetria de poder entre o gênero masculino e feminino, onde as mulheres serviam como instrumento na disputa de força entre os homens. Contudo, segundo vimos em Badinter, a complementaridade feminina a essa situação de violência, residia na idéia do homem ser o representante do rei no espaço privado. A legitimização para a violação estava assim configurada. A autora menciona que o fato da mulher ser para o homem, um bem entre outros, é uma idéia plantada por Aristóteles, que considerava o homem princípio positivo e a mulher negativo, supondo uma complementaridade necessária entre eles.

A mulher não existia por si só, como pessoa; sua existência ganhava sentido em função do homem. A teologia cristã apoiada nas idéias de Aristóteles, perpetuada nas páginas da Bíblia, imputou à mulher um significado de malignidade, argumentos sobre os quais, as agressões sobre a mulher passaram a encontrar justificativa.

“Evidentemente, esses demônios e essas porcas podiam ser espancadas à vontade”, Badinter (pag. 35).

Às vésperas do terceiro milênio, encontramos situações similares às descritas por Rossiaud. A revista *Time* de julho de 1996, revelou que o conflito do Balkan diferiu de todas as outras guerras, em virtude dos estupros nele cometidos contra as mulheres, constituir crime contra a humanidade, transitável no Tribunal Internacional de Haia.

O documentário produzido por Mandy Jacobson e Karmem Jelincic (*Calling the Ghosts: A Story about Rape, War and Women-1992*), chama a atenção para o fato do

estupro em massa ter sido utilizado deliberadamente como estratégia militar na Bósnia. Estima-se que 20.000 mulheres foram estupradas durante os cinco anos de guerra.

Essas condutas nos levam a perceber a manipulação do Estado que, dificilmente, se interessa por questões de gênero mas, se utilizam da desigualdade entre mulheres e homens quando convém.

Não importam as vidas das mulheres, nem das crianças geradas, nem dos próprios soldados agressores. Ao Estado, apenas interessa as estratégias na luta pelo poder.

Nesse sentido, a polaridade entre os gêneros masculino e feminino tem favorecido e consolidado o poder do Estado. Os atos de violação sexual, cometidos contra as mulheres, só aconteceram porque as nações se colocaram inimigas e porque a guerra entre os gêneros permanece atual.

Vemos então que, os resíduos da concepção aristotélica, onde o homem é ser positivo e a mulher ser negativo, fomentam e perpetuam outras relações assimétricas. Estas, podem ser utilizadas para a violência, aceita como instrumento legítimo de manutenção da desigualdade.

Na trama histórica, as relações de poder interferem no sistema social dando direção aos papéis a serem desempenhados pela criança e pela mulher. É diferente ser menino/a de rua ou de casa, estudante ou evadido/a da escola, cidadão/cidadã com direitos respeitados ou depositário/a dos conflitos, abusado/a sexualmente ou respeitado/a em sua privacidade sexual. O que entenderemos a seguir, é o papel do gênero nessa trama.

“Ainda no século XVII, em Le Caquet de l'accouchée, vemos uma vizinha, mulher de um relator, tranquilizar assim uma mulher inquieta, mãe de cinco ‘pestes’, e que acabara de dar à luz: ‘Antes que eles te possam causar muitos problemas, tu terás perdido a metade, e quem sabe todos’ (Philippe Ariès-1981; “História Social da Criança e da Família”).

O texto de Ariès nos informa que há um completo desconhecimento, Idade Média, a respeito da criança:

“...os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta, não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade” (pag. 52).

Quando mais tarde, no século XII, foram retratados os anjos adolescentes com rostos bochechudos e rosados semelhantes aos de uma criança que conviviam com o modelo da criança inspirada no menino Jesus, pode-se perceber os prenúncios de uma percepção da infância. No século XIV essa representação foi mais expandida e a presença da Virgem Maria, inspirou várias representações de família. Na iconografia surgem imagens profanas que retratam o dia-a-dia, onde a presença da criança é constante.

No entanto, a prática de abandono de crianças recém-nascidas, geralmente, seguida de morte, revelava sentimentos de indiferença para com as crianças, só modificados no século XVIII quando o desperdício demográfico tornou-se ameaçador.

Diz Ariès que,

“...com o surgimento do malthusianismo e a extensão das práticas contraceptivas, que a idéia de desperdício necessário desapareceu” (pag.58).

Outro fato significativo foi o aprofundamento do cristianismo nos costumes, dando reconhecimento a existência da alma imortal na criança, trazendo assim, uma mudança dos sentimentos em relação à infância. Ainda que os índices de mortalidade infantil persistissem altos nos séculos XVII ao XVIII, as campanhas ideológicas para que cuidassem das crianças, foram fundadas nos sentimentos cristãos realizadas junto às mulheres.

O enaltecimento à infância, percebível nos quadros em que a criança aparecia só, também estava presente nos textos no século XVI, onde jargões, supostamente utilizados por crianças, são encontrados e, segundo Ariès,

“revelam um gosto indiscutível pela infância real” (pag. 66).

Sendo assim, podemos entender que as percepções da infância certamente diferiam nos distintos meios sociais. Os nobres e os burgueses eram os interessados nas formulações de compreensão da infância sobre as quais se debruçavam teólogos, filósofos, pedagogos e médicos. As populações de camponeses e trabalhadores mesmo retratados nos quadros com as crianças, seguramente não tinham oportunidade de refletir acerca de sua realidade representada nesses mesmos quadros.

As leituras da infância vão diversificando e, Badinter, nos lembra a imagem da criança elaborada por Santo Agostinho, como um ser imperfeito, dada a proximidade do

pecado original. É por esta razão, que ainda no século XVII a infância amedrontava porque estava associada ao mal.

A autora lembra também a ausência de conhecimento da especificidade da infância notável nas falas de Santo Agostinho quando este se refere ao choro da criança, antes da amamentação:

“Não é um pecado desejar o seio chorando? Pois se eu desejasse agora, com o mesmo ardor, um alimento conveniente à minha idade, seria alvo de zombaria...trata-se portanto de uma avidez má, visto que, ao crescer, nós a debelamos e rejeitamos”

(pags. 55,56).

Diante de tal concepção da infância, a orientação que os pedagogos dirigiam aos pais era de frieza para com seus filhos, no intuito de não alimentar neles o pecado original. A expressão do amor deveria traduzir-se em castigos, que fomentassem o temor para controle dos vícios. Castigar o corpo era redimir a alma.

As admoestações eram incentivadas e o prazer sentido pela mãe na amamentação, era condenável. A idéia de infância, descrita mais tarde por Descartes, é também de um ser débil, ignorante e dependente do corpo.

Badinter alerta para o fato de que, o pensamento acerca da infância, pronunciado por pedagogos, teólogos e filósofos não traduzia o senso comum. Na vida ordinária e cotidiana, a criança era vista mais como um problema, um estorvo e como a morada do mal. A recusa à amamentação, o envio de crianças às amas-de-leite, o infanticídio e o

abandono da infância revelam, a ausência de um lugar à criação dos filhos. O trabalho, meio de sobrevivência, era prioritário:

“A mulher trabalha ao lado do marido. Para que o trabalho seja um pouco rentável, não é possível tolerar os atrasos consecutivos provocados pelos cuidados com os filhos. O filho desses trabalhadores será necessariamente excluído da família” (pags. 73,74).

A sobrevivência era premente e a pobreza existente, principalmente no meio rural, ocasionou muitos dos infanticídios cometidos pelas famílias mais pobres.

A pesquisa de Badinter acerca do instinto materno ganha relevância quando verifica a ausência de cuidados à criança, por parte de mulheres com boa condição econômica. Sua indagação acerca das razões que justificariam a negação dos cuidados maternos das mulheres burguesas e aristocratas aos seus filhos, faz ver uma relação de real desprezo pela criança. A indiferença frente a mortalidade infantil foi assim compreendida pela autora:

“Mais do que o mal, a criança é antes o nada insignificante ou o quase nada” (pags. 82,83).

A indiferença e o desconhecimento a respeito da infância são também percebidos nos diferentes modos de nomeá-la: divertida, engraçada e pequena máquina. Esta última, compreendia a criança destituída de sentimentos, afetos, e paixões.

Tendo a medicina demorado no reconhecimento das especificidades dessa etapa da vida, delegou a saúde das crianças aos auspícios das mulheres, cujos cuidados senão

precários, eram inexistentes. O fato dos médicos considerarem mais difícil tratar as crianças do que os adultos, excluindo-se da prática médica junto àquela população, adiou mais ainda o nascimento da pediatria.

Discutiremos , a seguir, como a infância no Brasil foi configurada.

A mentalidade européia atravessa o oceano e aporta na Terra de Santa Cruz trazida pelos jesuítas. Mary del Priori (1992) comenta:

“A emergência das atitudes de valorização da infância, somada à elaboração de um modelo ideológico da criança-Jesus...fez a Companhia de Jesus escolher as crianças indígenas como o ‘papel blanco” (pag. 12).

A formação inaciana, utilizando-se da criança-Jesus como modelo ideológico, encaixou-o no plano de conversão das almas dos índios selvagens imersos em maus costumes e distanciados da salvação. Recolher as crianças índias para os espaços da pedagogia inaciana foi o meio de mantê-las puras, indicando-lhes o verdadeiro caminho. A crença no amor pautado em castigos, restrições afetivas e punições, era corrente entre os jesuítas, que buscavam a expansão dos domínios da igreja na Terra de Santa Cruz.

O completo desconhecimento do viver indígena, onde o relacionamento entre pais e filhos era totalmente diferente, fez os padres jesuítas se surpreenderem com o retorno dos adolescentes índios, às suas origens. Tal fato, contribuiu para a mudança dos objetivos inacianos, que passaram da formação para, apenas, a instrução de informações. Marcados

pelo desapontamento, essa guinada semeou os primórdios do que hoje conhecemos por creche.

A cultura européia mostrou, seus tentáculos etnocêntricos, ao recrutar as crianças indígenas, para objetivos de cristianização. Notamos aqui, a utilização da criança sendo justificada pela salvação das almas. A pedagogia cristã, contaminada pela idéia de um corpo, cuja sexualidade precisava ser contida e punida, revelou-se uma pedagogia do controle, para obtenção e manutenção de poder. Tal proposta mostrou-se absolutamente violentadora e incompatível com o sentido e a vivência indígena, onde um corpo livre não suporta grilhões porque, não precisa deles. Mas, para os padres, segundo Piori (1992):

“Qualquer resistência física e cultural aparecia sempre aos olhos dos jesuítas como tentação demoníaca, como assombração ou visão terrível” (pag. 22).

Sem dúvida, a Igreja teve destaque na questão da subjugação da infância, sobretudo, junto às crianças órfãs e/ou abandonadas. Ela foi uma importante parceira do Estado, que certamente, via nessa população os futuros trabalhadores, contribuintes para os cofres da coroa.

Ao estudar o problema das crianças abandonadas em Minas, a historiadora Laura de Mello e Souza, em seu texto “O Senado da Câmara e as Crianças Expostas”, (1992) revela fatos interessantes a respeito dos chamados expostos, ou seja, das crianças abandonadas.

A Coroa consultou em meados de 1730 o governador André de Mello e Castro para conhecer as vantagens e desvantagens da alforria com vistas ao estabelecimento do imposto de capitação nas Minas. Respondeu o governador que apesar do atrevimento dos forros, estes trabalhavam nas lavras e contribuía para o pagamento dos impostos. Mais adiante, lembra a autora que a legislação favoreceu os cuidados junto a população de expostos permitindo assim, a sua sobrevivência e a garantia de sua alforria.

Tal conduta nos leva pensar que, as crianças abandonadas eram cuidadas, alforriadas e posteriormente aproveitadas como mão de obra, tornando-se trabalhadores e pagadores de impostos. Parece-nos que a possibilidade de alforria levou muitas mães escravas a abandonarem seus filhos pois, nas Minas, eram muitos os expostos. Por ser a capitania de maior contingente populacional, as questões sociais certamente eram mais acirradas.

A contextualização histórica da infância teve nessa reflexão, a tarefa de situar o lugar destinado à criança nas relações sociais e, desse modo, podermos discutir os atos sexuais abusivos cometidos por adultos.

Luiz Mott (1992), em seu texto “Pedofilia e Pederastia no Brasil Antigo”, comenta no campo da sexualidade, o que os demais autores referiram em outros campos: o descaso, originado pelo desconhecimento e indiferença à respeito da infância.

Narra o autor, as atitudes incoerentes da Igreja, na época, investida do rigor inquisitorial:

“Em nossa tradição luso-brasileira, parece que as relações sexuais entre adultos e adolescentes, além de freqüentes, não eram condutas das mais condenadas pela Teologia Moral, pois mesmo quando realizada com violência, a pedofilia em si nunca chegou a ser considerado um crime específico por parte da Inquisição” (pag. 46).

Se, de um lado, o rigor inquisitorial não deixava escapar casos de professores, sacerdotes, ex-frades que cometiam atos sexuais com seus alunos, de outro, não existia sequer uma advertência, para os casos de crianças violentadas por marinheiros ou criados, mesmo que ficassem ensangüentadas, após a agressão.

Os interesses sociais marcam novamente sua presença. A proteção dada à criança, pertencente à um nível social mais privilegiado, não é verificada com a menos favorecida socialmente. É de se supor, que os pais das primeiras, fossem mais esclarecidos e exercessem seu poder de reivindicação, coisa que os pais mais pobres, dificilmente o fariam.

Segundo Mott, a mudança de atitude dos detentores de poder, frente à corrupção de menores, ocorreu pela instauração da moralidade vitoriana, sabidamente repressora. Também, anunciavam-se os primórdios dos direitos humanos de jovens e crianças.

O autor encerra seu texto, com a propriedade que compartilhamos, conclamando à uma postura onde,

“...jovens e crianças...não mais tratados como tábula rasa nem como reles objetos sexuais dos mais velhos, mas criaturas merecedoras de respeito, capazes da livre orientação sexual e dos prazeres eróticos, e donas de sua privacidade individual ”

(pag. 59).

Concluindo, verificamos que, seja nos aumentos demográficos para o enriquecimento social, seja na expansão do poder religioso, seja na exploração de futuros contribuintes para o Estado ou, finalmente, seja na violação para a satisfação de mórbidos desejos sexuais, lá está a criança sendo utilizada.

É nesse quadro de espólio infantil, onde os interesses do mundo adulto prevalecem, que se circunscreve a questão da violência sexual, cometida contra as crianças e adolescentes.

3. TABLADO TEÓRICO

3.1. Em foco: as contribuições da teoria de gêneros.

Joan Scott (1990), mostra que, o estudo dos gêneros, nasceu da preocupação das feministas americanas em tornar visível, o que as Ciências Sociais e a História não o fizeram até então: marcar as desigualdades entre os gêneros e as conseqüências práticas dessas desigualdades; denunciar a construção ideológica de poder e a subordinação da mulher em relação ao homem. Neste sentido, qualquer vertente científica, que busque explicações das diferenças como subordinação, em causas biológicas, é explicitamente rejeitada. Explica:

“O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar ‘construções sociais’ - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres” (pag. 7).

Em seu texto “ *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, Scott informa o objetivo de seu trabalho em entender o simbolismo sexual nas diferentes sociedades enquanto meio de manutenção da ordem social vigente. Lembra-nos a principal contribuição do feminismo, ao revelar que as coisas não são dadas mas, construídas, e que, por isso, as relações entre homens e mulheres podem mudar. Contudo, analisa que as tentativas de teorização de um possível processo de modificação das estereotípias, esbarraram em generalizações simplistas, que reduzem a complexidade do sentido

histórico das relações, impedindo análises viabilizadoras das transformações das relações homens e mulheres.

Scott nos lembra que, no estudo do gênero, as informações referentes às mulheres estão amalgamadas às informações dos homens. Ou seja, não há como compreender um gênero sem o outro.

“Esta utilização insiste sobre o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado em por este mundo” (pag.7).

Qualquer leitura fora dessa perspectiva, sugere a manutenção das polaridades entre os gêneros. A autora situa três posições teóricas usadas na análise de gênero: a) feminista: busca explicar o patriarcado, b) marxista: busca compreender as relações entre os sistemas econômicos e de gênero e as experiências sociais e históricas trazidas dessas relações, c) psicanalítica: dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação de objeto, seu interesse é explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Os sistemas simbólicos, segundo Scott, auxiliam na compreensão das disposições sociais em suas articulações com a divisão sexual do trabalho, bem como, na compreensão da associação da masculinidade com o poder e com os investimentos para o masculino e não para o feminino.

Tais sistemas explicam porque as crianças mesmo fora de estruturas familiares nucleares, aprendem essas associações acima mencionadas.

A visão pós-estruturalista, referida pela autora, compreende que

“A idéia de masculinidade repousa sobre a repressão necessária de aspectos femininos - do potencial bissexual do sujeito - e introduz o conflito na oposição do masculino e do feminino” (pag. 12).

Mas, vê a masculinidade como um processo permanente em construção, mutável pois cada contexto usa as representações próprias de masculino e feminino.

Ou seja, a repressão deixa de ser constitutiva na identidade masculina num contexto onde as multiplicidades masculinas e femininas são cabíveis.

Badinter (1986), em seu livro “Um É O Outro” nos fala da construção das identidades masculinas e femininas:

“Assim a primeira experiência da menina é a de um contato íntimo com sua própria natureza. Sua mãe e ela respondem ao mesmo tipo. Enquanto o menino aprende que deve se diferenciar do ser que lhe é mais próximo, sob pena de nunca existir” (pag. 246).

As contribuições das autoras nos fazem pensar a questão do abuso sexual como uma das decorrências da construção de uma identidade masculina, marcada pela oposição ao feminino.

Dentro dessa compreensão teórica, a violência é entendida como uma das expressões masculinas em oposição à passividade feminina. Tal formação de identidade fomenta as polaridades e por isso, impõe uma ação de titãs ao discernimento masculino, acerca do sentimento de quem sofre a violência.

Se, a construção da identidade masculina é construída por oposição a feminina, a compreensão dos sentimentos da mulher é inadmissível para o homem. A inversão de papel torna-se ameaçadora pois coloca em risco o referencial masculino de identidade.

Sendo assim, o contexto das polaridades dos gêneros se perpetua juntamente com a violência.

Contudo, Scott e Badinter, nos lembram do caráter mutável das relações de gênero, acalentando a esperança da superação de modelos cristalizados de homem e mulher.

Badinter nos diz:

“Os estereótipos do homem viril e da mulher feminina estão pulverizados. Não há mais um modelo obrigatório, mas uma infinidade de modelos possíveis. Cada um se atém à sua particularidade, à sua própria dosagem de feminilidade e de masculinidade” (pag.262).

Nesse trabalho, a historiadora aposta na superação das polaridades a partir da bissexualidade, compreendida por ela da seguinte forma:

“Integrando melhor do que outrora a alteridade em si, limitamos a estranheza e o mistério próprios ao outro sexo. Cada um de nós sendo dotado de virilidade e feminilidade, gostamos de colocar em harmonia tal parte do Um com tal parte do Outro” (pag 283).

Heleieth Saffioti nos fala que

“não caberia procurar na ‘natureza masculina’ razões da violência presente no exercício da sexualidade, mas cabe buscá-la na organização social de gênero” (pag.6).

Segue dizendo que a sexualidade se constitui o eixo estruturador básico do gênero e a violência masculina se expressa na sexualidade, em atos de dominar e copular.

Podemos então afirmar que o comportamento feminino, entendido como complementar ao masculino, só pode ser de submissão, do contrário, não há o que ser dominado. Torna-se compreensível que a educação sexual tradicionalmente tenha reservado à mulher o lugar de recatada e pudica assim, poderia viabilizar a conquista ao homem.

Nessa perspectiva, podemos entender que, no imaginário masculino, crianças e jovens façam também parte dos objetos a serem dominados, explicando o motivo de alguns se utilizarem do ato sexual, como meio de marcar seu território.

Como a condição de assimetria entre os gêneros interessa a quem tem supremacia, a construção do papel sexual feminino precisava apoiar-se em sentimentos de inferioridade, incapacidade, fraqueza. Desse modo, a presença da figura masculina seria sempre imprescindível, para dar status ao feminino. Dificilmente em tais situações, uma mulher teria condições emocionais para levar à termo um processo de denúncia de violências, levando um homem à condenação. Ela própria sofreria condenação maior ao diminuir aquele que lhe é complementar e lhe eleva.

Encontramos em Félix Guattari (1993) a possibilidade de superação dessa assimetria entre gêneros que vem aprisionando a realização existencial de homens e mulheres. Ele fala na construção subjetiva da identidade como algo *à priori*, no social.

A produção de subjetividade, segundo Guattari, constitui matéria-prima de toda e qualquer produção. É porque a mulher tem internalizado, subjetivamente, sua inferioridade, que é possível ao homem impor-se à ela.

Isso nos ajuda a entender que o desencontro entre os gêneros participa de uma produção de subjetividade social, numa cultura com vocação universal, na qual a mulher se acomoda para salvar-se da marginalidade.

O projeto por ele proposto por Guattari é o da singularização da subjetividade, opondo-se ao da produção de subjetividade. Nessa recusa, um desejo, uma vontade de viver, uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, dentre outras composições da singularidade existencial, seriam e aconteceriam.

Tal possibilidade romperia com a desigualdade entre os gêneros, desconstruindo a sociedade masculinizada e teríamos um devir feminino já que o poder masculino deixaria de participar da produção de uma subjetividade feminina e vice-versa..

Esse projeto nada tem a ver com a androgenia. Ao contrário, Guattari quer ver sentimentos, desejos, modos de viver singulares acontecendo, onde as diferentes masculinidades e as diferentes feminilidades possam coexistir. Trata-se de um projeto onde as muletas da individualização se tornam desnecessárias. Nele, se anuncia para os que confortavelmente se apoiam nas subjetividades massificadas, uma mudança, provavelmente entendida como perda. Talvez nessa ausência de ousadia de mudar, resida

o cárcere da felicidade de muitos. A proibição dos devires das chamadas minorias (mulheres, crianças, jovens, negros...) certamente aprisionam junto consigo, a realização da singularidade dos seus carcereiros.

A tarefa de atualizar o projeto das singularidades pede atenção, do contrário, podemos incorrer numa infantilização que nos coloca na postura de polarizar os gêneros, contribuindo para a Guerra dos Gêneros ao invés de desarmarmos a Guerra aos Gêneros, segundo nos lembra Rolnik (1997).

3.2 Em foco: as contribuições da teoria de Moreno

Jacob Levy Moreno (1985), criador do Psicodrama, viabiliza o projeto de singularidade existencial quando nos brinda com o conceito de espontaneidade:

“A essa nova resposta do indivíduo à uma nova situação - e à nova resposta à uma antiga situação - chamamos espontaneidade” (pag.101).

O projeto de singularidade existencial se constitui na possibilidade dos gêneros masculino e feminino gozarem de outros modos de ser, transcendendo a conserva cultural a que estão presos. Segundo Eugênio Garrido Martin (1978).

“As conservas surgem da ansiedade do homem, querendo ter assegurada a sua resposta diante do desconhecido” (pag. 124).

Na transcendência da cristalização das relações de gênero talvez resida a possibilidade de ocorrerem as mudanças nas instituições, já que estas, segundo Connell

(1995), são masculinas. Ora, o rompimento da proibição do devir feminino de que nos fala Guattari (1993), está inserido no rompimento do sistema de produção da subjetividade.

Parece-nos que a espontaneidade é que viabiliza tal projeto, chamado de Projeto de Encontro, por Moreno, ambos ausentes nos comportamentos das instituições, que buscam conservar as suas relações internas e externas pelo processo burocrático e as estruturas hierárquicas.

Nessa atitude, provavelmente visam usufruir da tranquilidade, de que nos fala Moreno:

“... a conserva cultural é uma categoria tranquilizadora...”

E ainda,

“Não surpreende, pois, que a categoria do momento (referindo-se a espontaneidade) tenha gozado de escassa oportunidade de se desenvolver numa cultura como a nossa, saturada como está de conservas e relativamente satisfeita com elas” (pag. 158).

Moysés Aguiar (1988) nos lembra que o palco, lugar onde o drama coletivo e privado se encontram, surge como espaço contraventor porque rompe com as solidões e isolamentos. Através do protagonista, o drama que é individual, mas, também de todos ali presentes, emerge e trás consigo a catarse coletiva.

A possibilidade de protagonizar no palco o drama coletivo, provavelmente faria superar a atitude de perpetuação da violência.

O projeto do encontro, moreniano, não ocorre sem conflito. O conflito nasce da tensão gerada entre a superação da cristalização das relações de gênero e a permanência do que é conhecido.

Toda a estrutura de atendimento às vítimas do abuso sexual, atestam o interesse na manutenção das condições presentes. O despreparo da maioria dos profissionais, bem como a postura de juizes, promotores, médicos/as, assistentes sociais cria e recria a todo momento a produção de subjetividades que obedecem à estereotipia de gênero ou, como nos lembra Moreno, mantém a cristalização nas relações do poder social entre o homem e a mulher.

Moysés Aguiar afirma que

“O recurso mais importante que se pode utilizar, segundo a concepção moreniana do teatro espontâneo, é, porém, a inversão de papéis” (pag. 47).

Essa importância se deve à possibilidade da pessoa se colocar no papel do outro, na relação. Reportando-nos aos profissionais, o enfrentamento dos casos de abuso sexual numa postura a favor das vítimas aconteceria se, ao se colocarem no lugar daquelas, pudessem sentir como é ser tratada pelas instituições e seus profissionais. Ainda que, existam alguns profissionais desejosos por uma outra estrutura institucional, enquanto este, não for um projeto coletivo, as aspirações isoladas assim permanecerão.

4.O ROTEIRO

4.1. A busca de um caminho (des) revelador

A discussão do abuso sexual é, sem dúvida, um tema que “escorrega” quando se tenta desvelá-lo.

O processo de definição da pesquisa sobre o tema, constitui-se, em si mesmo, um dado a ser analisado, no estudo, já que revelou a dificuldade de acesso às pessoas, locais e dados relacionados ao assunto.

Trafegar em caminhos tão nebulosos, exigiu um deslocamento nos objetos da pesquisa, procurando-se uma análise teórica que auxiliasse na compreensão **des** e **reveladora** dos sistemas institucionais, receptores das demandas de abuso sexual.

Williams (1998) nos lembra que,

“qualquer participante ou simples observador de um sistema, influencia esse sistema” (pag. 51).

Entendemos por isso que, mesmo não sendo parte do sistema institucional pesquisado, ainda que só no instante em que contracenamos com os profissionais, no garimpo por respostas, o sistema oferecia interferências contundentes em nossos objetivos de pesquisa.

Sem controle do real alcance dessa interferência, pensamos que os gestos, silêncios e sons, e nem sempre as palavras, serviram como sinalizadores de aprovação, discordância e dúvidas das ações que estavam ali, sendo desenvolvidas.

Ainda dessa relação com os profissionais e com as informações que foram sendo coletadas, pudemos perceber, por outro lado, as mudanças operadas em nossa experiência pessoal, afetiva e intelectualmente.

Williams nos apresenta o conceito de dupla descrição que se refere a

“contradição entre o que vem acontecendo recentemente e o que acontecia num passado mais distante” (pag.33).

A possibilidade de visualizar as mudanças ocorridas num processo, percebendo a diferença entre momentos e as situações, permite fazer escolhas voltadas à superação de problemas.

Ou ainda,

“Uma vez que o único jeito de ficarmos sabendo alguma coisa, inclusive como nos livrarmos de problemas, é por diferenciação, será sensato usar diretamente processos que aumentem as probabilidades de percepção de diferenças” (pag. 51).

Esse, é um dos conceitos que nos ajudou nas indagações acerca dos sistemas institucionais. Por que a fixação de muitos profissionais a condutas passadas, mesmo diante de um momento institucional com possibilidades de novas condutas ? Referimo-nos aqui, a inserção da notificação da violência sexual no prontuário da vítima, antes não existente.

Será que, os profissionais não se autorizam a perceber a existência dos contrastes a que se refere William?

Isso nos reportou a um outro conceito, veiculado por esse autor:

“Existem temas proibidos que impedem de ver ou encenar uma realidade diferente” (pag.32).

Outro conceito, o de **papel**, que, nos fez entender a trajetória dessa pesquisa, Garrido Martin (1978) o conceitua, reportando-se a Moreno:

“...Moreno havia profetizado há muitos anos, em seus primeiros estudos sociométricos : ‘Os papéis e as relações entre os diversos papéis, constituem a melhor revelação de uma determinada cultura’. Existe, pois, uma interação entre o papel considerado sob o ponto de vista individual e sob o ponto de vista cultural” (pag. 214).

Sob esse ponto de vista, o homem se vê legitimado em seu papel de agressor, por uma cultura que referenda e incentiva a virilidade masculina.

Pensando no abuso sexual, podemos dizer que a relação entre agressor e vítima revela uma cultura conivente e reprodutora das violências. Conivente, porque espera atitudes agressivas dos homens e reprodutora porque, através dos atos violentos, ensina às crianças a relação agressor-vítima que provavelmente manterão quando adultas. Garrido Martin nos ajuda a compreender esse processo:

“Assim , a criança vai conhecendo os papéis que pode representar na vida e como pode representá-los; ela vai se identificando com um certo número de papéis de uma cultura e vai tomando consciência de si, vai descobrindo, quem ela é” (pag. 215).

Ao realizarem as alianças ideológicas com a visão de uma infância subjugada e subjugável, os e as profissionais adiam o advento de novos contextos transformadores da relação de gêneros. Caso as instituições utilizassem do palco psicodramático como espaço de experimentação dos contrastes de realidades, a espontaneidade nortearia novos modos de desempenhar os papéis.

Garrido nos ajuda a ver as possibilidades de ações terapêuticas presentes nas relações:

“Talvez nem fosse necessário recorrer a experiências tão científicas como a sociometria, para demonstrar que todos nós, uns com relação aos outros, somos dotados de poder terapêutico” (pag.254).

Os e as profissionais que, se ausentam de realizar os procedimentos formais (os boletins de ocorrência no caso dos hospitais e o mandato de prisão no caso do fórum, para os casos de abuso sexual), nos levam, com suas atitudes, a algumas indagações:

Por que há profissionais que se esquivam do procedimento adotado formalmente pela instituição? Será esse material disparador de algum sentimento interno?

Ou podem os profissionais estarem boicotando os procedimentos por se sentirem injustiçados pela instituição? Estará essa atitude revelando o descaso pela população

atendida? Existirá nessa atitude uma aliança com uma ideologia que contempla as estratificações sociais ?

O palco certamente explicitaria essas e outras histórias caso as instituições se dispusessem a criar esse espaço.

Na ausência do palco, para elucidarmos melhor o que vimos e ouvimos em nossa pesquisa, faremos o “retrato-falado” das instituições, construído em parceria com profissionais. Com isso, pretendemos nos inserir na pluralidade de opiniões existentes acerca do abuso sexual, especificamente no que se refere aos atendimentos.

4.2. Delimitação do campo: caminhos onde não correm leite e mel

A idéia inicial havia sido formar grupos com jovens e crianças que tivessem sofrido abuso sexual. Através de técnicas do Psicodrama, pretendíamos obter os dados para o estudo do tema. Para tanto, o posto de saúde da Vila Rica, periferia de Campinas, parecia se apresentar como um possível campo de investigação.

O médico-diretor do posto nos informou que atendera há dois anos atrás uma garota (com sete anos na época), vítima de abuso sexual e que ela não retornara mais ao posto. Outro caso estava sendo acompanhado pela psicóloga e havia fortes suspeitas de ser abuso sexual, mas, sem confirmação até aquela data. O médico informou que, as pessoas não denunciavam os casos, ficando sem registro. O contato com os profissionais do posto de saúde disparou um processo de indagação que, segundo Monteiro e Brito (1997),

“...é um processo teórico cotidiano, que não implica necessariamente em pesquisa”. (pag. 3)

Ou seja, muitas foram as perguntas evocadas a partir desse encontro sem contudo, poderem ter sido aprofundadas e registradas como dados de pesquisa. As perguntas que nos ocorreram: será prática comum no bairro o silêncio acerca de infrações e violências como meio de sobreviver a revanchismos? Isso inclui as violências sexuais? Os profissionais que atendem no posto conformaram-se a esse sistema de conduta?

Parece não existir da parte do diretor do posto de saúde uma preocupação com a questão do abuso sexual, notada na ausência de uma conduta de enfrentamento adequado aos casos com indícios de violência sexual, ou seja, registro, atendimento clínico e notificação do mesmo ao sistema judiciário.

De qualquer modo, o fato da violência sexual ser silenciada tanto pela população quanto pelos profissionais, parece dizer que “dessas coisas não se fala” ou “não se deve falar”. A nossa presença como pesquisadora, poderia representar uma interferência, por mínima que fosse, remetendo as pessoas às suas próprias escolhas e posicionamentos em relação ao assunto ou ao modo como lidam com os conflitos sociais do bairro.

A hegemonia de gênero disparou à frente da oportunidade de denúncia do descaso ao abuso sexual, como crime hediondo contra as mulheres.

Diante da ausência de possibilidade de reunir as vítimas, o passo seguinte foi o contato com a psicóloga da Vara da Infância e Adolescência de um distrito de São Paulo (SP). Ela nos informou, em sua entrevista, que o acesso às vítimas, bem como aos processos do Fórum, só é permitido aos seus funcionários.

Tais posicionamentos nos acordaram, na ocasião, para o fato de que entrevistar crianças e adolescentes com vivências de abuso sexual poderia significar uma agressão psíquica. Considerando-se a proximidade no tempo somado ao fato de ser um acontecimento comumente traumático, lembrá-lo sem o acompanhamento terapêutico constituir-se-ia em atitude perversa. Sendo assim, nos igualaríamos aos agressores.

Frente à impossibilidade de acesso aos processos jurídicos no fórum, optamos por entrevistar pessoas adultas, vítimas de abuso sexual na infância ou adolescência.

Procuramos a Organização Não-Governamental SOS Mulher (Campinas - SP) que trabalha com mulheres, vítimas de violência. Trata-se de um espaço nosso conhecido, desde os primeiros anos de suas atividades, onde realizamos o curso “...E por Falar em Mulher” (1986). Inicialmente, buscamos contatar as usuárias dos serviços, que tivessem sofrido o abuso sexual na infância ou adolescência.

Ali, também verificamos um procedimento institucional similar ao assumido pelo posto de saúde e pelo fórum. No intuito de proteger as clientes, de fatos que evoquem uma vivência dolorosa anterior, nem sempre “metabolizada” (haja vista reincidência da violência na vida adulta), o SOS Mulher assume uma postura de apenas informar as mulheres sobre a existência de uma pesquisa e pede a elas que decidam participar ou não.

As interdições relatadas redirecionaram o campo de investigação pela primeira vez.

Tendo conseguido adultos que, espontaneamente, se dispuseram a contar suas experiências de abuso sexual, decidimos então entrevistá-los. Contudo, não houve por parte dessas pessoas a confirmação da agenda. Ocorreu-nos que sendo este um tema denunciador de um sistema familiar, maquiado pelo amor incondicional, tornar pública essa falácia pode traduzir-se para alguns, o risco de ser excluído das relações familiares. Pode também significar o medo do confronto com uma experiência insuportavelmente dolorosa.

Falar pode significar uma transgressão: torna público o que era para ser ocultado. As ameaças, a vergonha por se imaginarem únicas nessa situação, dentre outras razões, impedem muitas pessoas de falarem da violação sexual sofrido na infância ou em outros períodos da vida.

Finalmente, decidimos realizar entrevistas com profissionais que trabalham em instituições que atendem a população vítima de abuso sexual, nas diferentes faixas etárias: crianças, adolescentes e adultos.

Através dos profissionais, estaríamos mapeando as instituições a partir das relações entre as pessoas envolvidas nos atendimentos aos casos de abuso sexual.

Transcorrido o tempo dos primeiros contatos, pudemos entender o quanto o silêncio é cúmplice da violência. O modo como as instituições constroem suas “muralhas” em torno dos casos nos faz pensar numa complementaridade às agressões ocorridas. Diante do discurso e estruturas montadas em nome da salvaguarda das vítimas, os fatos são

tratados, em caráter individual desfigurando as complexas questões sociais presentes, nas várias faces da violência. Ainda que o objetivo não seja esse, o tratamento emprestado aos atendimentos e encaminhamentos fortalece a vergonha que por sua vez, fortalece e escamoteia um sistema gerador de violências.

4.3. Dados a serem entendidos

A oportunidade das pessoas entrevistadas serem escutadas, provavelmente, gerou disponibilidade para informar sobre o funcionamento das instituições as quais estão ligadas. Os dados cedidos se originam das entrevistas com uma profissional da psicologia e uma da medicina. Buscamos realizar os encontros em locais sem interferências de pessoas ou outros ruídos, no intuito de preservar as profissionais, evitando também interferências na gravação. Tivemos o cuidado de informar sobre o uso do gravador, na ocasião do agendamento e não houve nenhuma restrição por parte das entrevistadas.

Os fatos transcritos possibilitaram uma análise dos dados colhidos, que foram olhados como cenas, que compreendidas numa perspectiva psicodramática, mostraram o mais significativo das muitas histórias acontecidas diariamente nas instituições das narradoras.

5. CENAS DE UM DRAMA

5.1 As tramas do abuso sexual nas instituições

“Nós é que criamos o mundo que percebemos; não que não exista uma realidade ‘fora de nossas mentes’, mas nós selecionamos e editamos a realidade para encaixar no que acreditamos sobre que mundo é este em que vivemos”.

Williams (1998)

As histórias contadas pelas profissionais de psicologia e de saúde, nos chegaram preenchidas de significados, que ganharam em nossas mãos, nomes e novos significados aqui comentados.

A compreensão que fomos tendo dessas falas, situou-se numa visão sistêmica. Aguiar nos diz que,

“Por sistema se entende uma unidade fenomênica em que as relações todo/parte são de mútua dependência, constituindo o conjunto um equilíbrio de forças em permanente tensão” (pag. 74).

São histórias contadas em um cenário institucional para o qual convergem muitos sistemas: os sistemas subjetivos e externos de cada profissional interagindo entre si, juntamente com os sistemas das milhares de pessoas que transitam nas instituições. Tudo isso, mergulhado num cenário maior onde, o entrelaçamento dos muitos sistemas, foi sendo pensado à luz das relações de gênero.

Aguiar nos fala sobre a importância do cenário:

“Os elementos que o integram fazem parte de um sistema que, sem eles, pode ser incompreensível ” (pag.52).

A seguir, os elementos nomeados e acompanhados de nosso solilóquio teórico.

Cena 1

5.2 As instituições e suas arbitragens

A Vara da Infância e Adolescência tem bem nítido seus propósitos institucionais: protege, abriga, põe outra pessoa da família para cuidar da vítima, encaminha as crianças e adolescentes para tratamento, faz diagnóstico da situação, procura dados para ver se realmente aconteceu o abuso e em que grau aconteceu e o quanto a criança ou adolescente estão prejudicados. Enfim, toma medidas de proteção a criança e a/ao jovem abusados.

Entretanto, não inclui nessa conduta institucional, a exigência de formação específica dos profissionais para o atendimento dos vitimados sexualmente.

A. nos informou sobre isso.

“Na verdade, o profissional que está nessa área não recebeu nenhuma formação específica. É um assunto que ele vai se especializar na prática”.

Essa situação se aplica a todos os profissionais que assistem: assistentes sociais, a psicólogos bem como aos juízes.

“Então você vê que é muito variado de um fórum para outro ou mesmo em um mesmo setor; é variado de um técnico para outro”.

A falta de uma formação específica pode favorecer ao entendimento equivocado do relato das vítimas. Um profissional despreparado, pode avaliar que a criança ou adolescente apenas imaginou os fatos violentos narrados.

“Isso é comum de acontecer (entre juizes e promotores): ‘Ela viu na televisão e imaginou, inventou a estória e fica falando por aí!’”.

Em outros casos, onde abuso sexual ocorreu sem seqüelas físicas, a entrevistada disse ter ouvido de juizes

“Ah! Não tem prova porque não rompeu o hímen; não machucou”.

No hospital a situação é semelhante, segundo nos contou a médica. Os treinamentos específicos para atender casos de abuso sexual, são procurados individualmente pelos profissionais pois o hospital não os oferece. A médica entrevistada se referiu às informações adquiridas num treinamento que fez.

“Isso é de um treinamento que eu fui fazer. Esse não é solicitado pelo hospital. É uma habilitação que o profissional faz. Quem trabalha com emergência faz esse tipo de habilitação. É esperado que faça”.

Se ele (médico) vai se preparar ou não para isso. Correr atrás desse tipo de informação... Aí vai ficar a critério do profissional”.

O hospital resolveu o compromisso com a questão do abuso sexual programando o “Guia de Condutas e Referências de Pronto Socorro Enfermaria M. G.” em outubro de

1996. A instituição se baseia neste material para cobrar dos médicos os procedimentos esperados com as vítimas de violação sexual.

Diz a entrevistada:

“A instituição cobra que notifique e que ele faça os exames... por fim, se hospitalize (a vítima) se precisar”.

“Foi criado um protocolo Síndrome dos Maus Tratos prá todo mundo mais ou menos seguir o mesmo padrão”.

A ausência de uma conduta institucional que trabalhe permanentemente o corpo técnico à luz do guia formulado, acaba criando atitudes de cobrança de um profissional para outro.

“Então a gente vai atrás do profissional para ele falar aonde é que está a notificação; ‘você comunicou o serviço social?’”

Os serviços do hospital são bem pontuais: a paciente é atendida na Emergência, são preenchidos pelo médico o Boletim Atendimento Médico - Lesões Suspeitas e a Ficha de Informações Sobre Acidentes na Infância para serem obtidas as informações da história de vida da criança ou adolescente. Seguem-se os exames físicos e outros exames complementares, que ajudem no laudo médico. Por fim, é feito o Boletim de Ocorrência.

Entretanto, essa estrutura falha com o profissional, quando deixa de oferecer treinamentos que articulem o corpo de profissionais para um atendimento mais unísono.

Em contrapartida, os profissionais também não exigem da instituição organização de práticas de treinamentos que envolvam a maioria dos funcionários. A complementaridade entre instituição e o corpo médico, quanto a ausência de notificações, está configurada.

O mesmo pode-se dizer da Vara da Infância e Adolescência.

A entrevistada A. aponta a mudança de atitude do hospital frente a questão do abuso sexual, quando houve a criação do protocolo.

“Estava falho nesse sentido mas, existe agora o protocolo e esse protocolo vai ser cobrado”.

Buscamos em Williams em seu livro “Temas Proibidos”, informações que nos ajudam a entender essa realidade percebida pelas técnicas das instituições:

“Os temas proibidos também podem estar protegendo, ajudando ou obedecendo a outras pessoas aqui e agora, embora, essa ‘ajuda’ não seja consciente.” (pag.23)

Essa citação do autor ajuda a entender modos de relacionamentos insatisfatórios ou situações desabonadoras, mantidas pelas pessoas com o objetivo de não romperem com alguma aliança feita geralmente de modo inconsciente.

Imaginamos ser essa a realidade vivenciada nas instituições pesquisadas.

A desqualificação de alguns juízes frente aos casos apresentados de violência sexual, faz pensar numa aliança com algo maior, capaz de colocar a situação das vítimas em patamar de menor ou nenhuma importância.

A semelhança do que acontece com os juízes, os profissionais do hospital parecem ter firmado algum pacto silente com as condições de atendimento pois, como vimos, mesmo sendo conhecida a obrigatoriedade de preenchimento das notificações dos pacientes que chegam ao hospital com indícios de violência, estas nem sempre são feitas.

A ausência das notificações faz pensar numa postura de quem “não quer ter trabalho” . O que esse desinteresse ocultaria? Por que a diretoria não cobra a ausência de prontuários dos profissionais? Por que alguns médicos e algumas médicas acabam fazendo o papel da diretoria? Por que só estes últimos se preocupam em realizar o atendimento como este deve ser? Haverá um acordo subliminar entre os profissionais diretores das instituições e os profissionais prestadores de serviços em não se envolverem com as questões de abuso sexual? Essa história de “deixa prá lá” nos faz pensar a existência de algum ou alguns temas proibidos. O abuso sexual, provavelmente, é um deles.

Cena 2

5.3 No atendimento, a negação da dor

São duas as possibilidades de atendimento para quem chega ao fórum da Vara da Infância e Adolescência. A entrevistada B nos diz:

“Se for algum órgão que manda um ofício, uma notificação para a Vara da Infância, então é aberto um processo, vai para o juiz e para o promotor. Eles então requerem que a sessão técnica faça uma avaliação do caso”.

“Outra forma é através do plantão de atendimento. Eles pegam uma senha, eles vão ser atendidos já pelo setor técnico. Dão entrada pelo Serviço Social, fazem uma triagem e depois passam pela Psicologia. Às vezes a gente faz o atendimento em conjunto: uma psicóloga e uma assistente social, juntas nessa primeira entrevista e depois a psicóloga vai fazer um aprofundamento”.

Já no hospital, há o atendimento ambulatorial e o da emergência. Os atendimentos são realizados com o preenchimento que o médico faz do Boletim de Atendimento Médico e da Ficha de Informação sobre Acidentes na Infância.

Não há um atendimento específico para os casos de abuso sexual.

“O atendimento é semelhante a qualquer outro atendimento: a criança entra pela emergência, aguarda, pega a ficha. Não existe um atendimento específico”.

Após os exames físico e complementares, se a hipótese diagnóstica de abuso sexual for confirmada, é feito um Boletim de Ocorrência.

Se chega mal, ela é encaminhada para a emergência onde vai ser atendida mais rapidamente. Ela vai ser encaminhada pela emergência mas como outra criança qualquer”.

“Se ela tá bem, ela vai passar por consulta ambulatorial. Vai ficar na sala de espera da pediatria”.

Na Vara da Infância e Adolescência o atendimento feito pelo serviço de Psicologia visa o aprofundamento do diagnóstico.

“ ...um aprofundamento de diagnóstico, da situação daquela criança, daquele adolescente, daquela família...”

“...para avaliar qual o risco da criança. Esse parecer geralmente vai subsidiar os laudos, o processo criminal na Vara Criminal”

Já o hospital conta apenas com os serviços médicos e da assistência social em caráter de plantão. A Psicologia só atende em ambulatório e não na emergência.

“Tem suporte psicológico mas não para emergência. Para um atendimento regular, uma assistência ambulatorial.”

“Talvez a assistente social faça um pouco o papel da psicóloga nesse primeiro momento”.

O atendimento poderia ser descentralizado e desmembrado, na opinião da médica.

“O suporte, o acompanhamento ambulatorial teria que ser feito no posto. Porque ali é mais familiar. Mas, o diagnóstico, essa coisa toda, acho que não. Porque... para não ficar uma criança rotulada, não ficar uma criança marcada.”

A fala da médica acerca da criança ficar rotulada, reporta-nos ao que Williams comenta sobre canonizar um problema:

“Por ‘canonizar’ uma solução refiro-me a dar-lhe aprovação oficial, tal como a Igreja Católica, ao canonizar uma pessoa como santa, afirma que essa pessoa era mesmo sagrada, fazia milagres...” (pag.30)

Os atendimentos médico e judicial realizados junto a criança, da forma como ele acontece, mascara uma realidade de um sistema que gera e reproduz a violência.

Ou seja, a vítima passa por várias etapas do atendimento e isso pode levá-la a pensar no problema como exclusivamente seu e da pessoa que a agrediu.

E nessa visão isolada, as famílias e as próprias vítimas crêem estar recebendo ajuda de um sistema institucional que as “protege”. Só que, a instituição esconde a realidade do abuso sexual a outros sistemas sociais, da mesma maneira que estes, são escondidos da população que busca socorro.

O isolamento da família, e a canonização do problema, afastam a possibilidade de sabê-lo circunscrito num sistema maior, cujo engendramento das relações de poder se valem também da ignorância das vítimas e da sonegação de fatos junto a sociedade em geral.

A compreensão sistêmica da situação do abuso sexual, permite superar o isolamento de acontecimentos que afetam a todos, de um modo ou de outro, mais cedo ou mais tarde.

Cena 3

5.4 Encaminhamentos: teste aos nervos

Na vara da Infância e Adolescência, as medidas para proteção à vítima podem envolver o afastamento do agressor. Relata-nos B:

“O afastamento do agressor, do lar, tem prazo de trinta dias segundo a lei e a medida do juiz. Nesse período, o promotor tem que enviar os autos do processo para a Vara Criminal”.

Como é a Vara Criminal que julga se o crime aconteceu ou não, a vítima fica aguardando a condenação ou não de seu agressor. Caso este seja absolvido, ele pode retornar a viver junto com a vítima que, correrá riscos de novas violações.

Cabe a Vara da Infância e Adolescência também realizar encaminhamentos das vítimas para ser cuidada em sua saúde emocional, bem como, encaminhar as famílias a tratamento terapêutico.

“...Depois disso é que é sugerido ao juiz ‘Parece que essa criança precisa de uma terapia, essa família precisa de um acompanhamento’.

Ou seja, se o agressor volta absolvido para casa, não há justificativa aos encaminhamentos.

A visualização da cena de espera pelo pronunciamento do juiz, reportou-nos a uma cena análoga à cena da resposta de um exame de HIV esperado pela pessoa que o solicitou.

A semelhança entre a cena real e a cena acima descritas, diz respeito a agonia, o desespero sofridos pelo tempo da espera. Esta, por si, já se constitui numa violência somada, provavelmente, ao da permanência do agressor junto a vítima.

Essas situações nos levam a perceber que, os momentos dramáticos de decisão, vividos pelas vítimas, desembocam nas mãos de terceiros. O processo de resolução ou, de participação na mesma, lhes escapa, justamente quando vivem graves conflitos.

Algumas indagações nos rondam a partir dessa situação:

Quando o sistema se vê ameaçado pelos conflitos vividos entre seus componentes, entram em cena interventores? Interditores? Mas, se há uma real ameaça, porque a demora?

Ou, será que construímos um sistema ideológico que prega a idéia de incapacidade de aceitação e administração de nossos conflitos? Seria a dor ocasionada pelo sofrimento, quem nos leva a pedir socorro, receosos de sucumbirmos a ela?

Se é fato, que a população transfere poder de decisão para as autoridades judiciais e médicas, é também verdadeiro, a existência de limites para a espera. Quando a tensão é insuportável, a população busca solução sozinha.

A médica A. sabendo da possibilidade de vingança pessoal em casos de abuso sexual, prefere encaminhar casos do posto de saúde para o hospital.

“A gente modificou um pouco a abordagem né, de não fazer diagnóstico mais.

As queixas que vêm ao posto que são dessa forma, a gente encaminha pro hospital. Não faz nenhum tipo de exame ali na hora e a gente encaminha pro hospital. Porque aqui tem a polícia, tem como fazer B.O.”

O argumento junto a população local para o encaminhamento é sempre o de apontar as melhores condições de atendimento.

“A gente valoriza que ele vai ser melhor atendido, melhor assistido; se tiver algum problema já tá o médico especializado”.

“Se precisar fazer algum exame, se precisar de um atendimento um pouco mais especializado, lá tem”.

Os encaminhamentos a outros serviços também são feitos.

“A gente encaminha pro posto para atendimento com a psicóloga. Ela (vítima) vai ter um atendimento no jurídico e um atendimento no posto”.

A atitude da profissional, aponta para a busca do equilíbrio, seja no sistema local (o bairro e/ou a família), seja em seu sistema interno (valores e/ou sentimentos) ou em ambos.

Cena 4

5.5 Os abusos sexuais e as denúncias

A psicóloga informou sobre a distância existente entre os atos de abuso sexual cometidos e a denúncia dos mesmos.

“Quando chega à Vara da Infância e Adolescência já vem ocorrendo o abuso há muito tempo. Quando chega para nós é o momento em que vai ser cortado esse abuso”.

Não existe portanto, possibilidade de casos reincidentes na Vara da Infância e Adolescência.

“É porque quando chega lá é o momento que foi revelado. Aí são tomadas as medidas legais de apoio e proteção à criança”.

A origem das denúncias feitas à Vara da Infância e Adolescência são diversas.

“Algumas escolas as vezes notificam. A grande maioria é delegacia, que por sua vez receberam denúncias dos familiares. O SAC - Serviço de Apoio da Criança - que são procurados por familiares ou algum vizinho próximo e hospitais”.

A. informou que as denúncias de casos com crianças menores são trazidas pelas mães.

“Com as pequenas (até 7, 8 anos) é mais comum que a mãe faça a denúncia. Com adolescentes, é mais comum que própria adolescente faça a denúncia”

Como o hospital é sujeito denunciador, em comum com a Vara da Infância e Adolescência existe o fato das crianças serem acompanhadas geralmente pela família.

Outro aspecto em comum entre as duas instituições é o fato de não existir denúncia tendo o adolescente como vítima. Conta-nos B:

“Os meninos, aparecem os pequenos, que foram abusados ou por algum adolescente mais velho, ou por algum adulto, mas que não seja da família.”

“Não atendi nunca um caso que o menino tenha sido abusado dentro da própria família. Isso não vem ao Fórum.”

Nunca atendi um menino que espontaneamente tenha procurado o Fórum para fazer denúncias”.

A. comenta que, para a população usuária dos serviços do hospital, a violação ocorrida junto ao garoto adolescente, não fica caracterizada como abuso sexual.

“Nunca vem um garoto trazido: ‘Fui abusado sexualmente...É considerado como uma iniciação para o menino”.

Ele é um passivo, eu acho. A sociedade fala ‘tem que aprender’. Não chega assim, como um componente de agressão”.

As denúncias referentes às adolescentes, ao contrário, têm o significado de agressão.

“Uma violência física. Não há uma facilidade das meninas, né. Elas entendem, elas vão perder a virgindade com... Não existe essa conotação de iniciação. Existe a conotação de violência”.

Essa, parece ser também, a visão do público adolescente feminino que procura o Fórum para realizar as denúncias.

“Com adolescentes, é mais comum que ela própria, a adolescente, faça a denúncia”.

As razões pela demora da denúncia, serão melhor entendidas posteriormente.. Aqui, buscaremos desvelar a relação da denúncia com os gêneros.

É notável a diferença de tratamento dispensado a infância e a adolescência nos casos de abuso sexual assim como é notável, a diferente compreensão desse fato, junto ao gênero masculino e feminino no período da adolescência.

A denúncia chega pelas mãos da mãe enquanto forem meninos ou meninas e são levados ao atendimento médico ou ao fórum. Nessas oportunidades, é feita a notificação do abuso sexual.

Ao chegar a adolescência, as filhas vítimas de abuso sexual raramente são acompanhadas pelas mães. Realizam sozinhas as queixas. No caso dos filhos

adolescentes, sequer é considerada a possibilidade de estarem sendo vítimas de agressões sexuais.

O que difere do momento da infância para o momento da adolescência? Provavelmente, o projeto da relação mãe-filha/o deixou de ser télica, ou seja, a complementaridade dos papéis deixou de existir.

Aguiar nos diz

“Mas se houver uma discordância dos parceiros (consciente ou inconsciente) em relação ao projeto dramático, afetando portanto a definição dos papéis, estes deixarão de atender ao seu requisito essencial, que é a sua complementaridade” (pag.2).

No caso do abuso sexual, as adolescentes esperam a compreensão e proteção de suas mães que, muitas vezes, vêem nelas rivais e não filhas.

Lembra-nos Aguiar que, as circunstâncias novas necessitam da espontaneidade para as relações serem atualizadas e continuarem complementares. A perda de flexibilidade no papel de mãe, ocasionada pela ausência de espontaneidade em lidar com as mudanças no seu papel de mulher e no da filha, seguramente, tem corroborado na exposição de adolescentes a violações sexuais.

Quanto aos jovens rapazes, a situação é similar. Os filhos e as filhas adolescentes parecem ter seus papéis pulverizados pelos papéis de homem e mulher. As questões, então, nos aparecem : Haverá alguma expectativa de inverter os papéis, na vida? Quem antes cuidava no papel de mãe, espera agora ser cuidada materialmente pelos filhos?

Sendo assim, entende que estes, são capazes de se cuidarem sozinhos? Ou, terá o papel de mulher supremacia sobre o papel da mãe ? Estas relações estariam então, transferenciadas, pela incongruência nos papéis impedindo sua complementaridade.

A situação do adolescente ganha aqui, aspectos diferentes da adolescente. Se considerarmos o fato do papel masculino ser marcado pelas exigentes provas de virilidade, podemos imaginar que nessa fase, os atos de abuso sexual cometidos contra os garotos são tidos como experimentação da sua sexualidade. Nesse caso, as denúncias de violação não fariam sentido. Concomitantemente, vemos aqui, os primórdios da construção do papel do agressor sexual que, ensaia seu novo papel, junto a crianças menores.

Cena 5

5. 6 As denúncias desistidas e os processos esvaziados

A. explicou que as notificações que chegam ao Fórum vêm diminuindo em virtude de políticas públicas.

“Sinto que está havendo um retrocesso nessa questão de notificação. Antes recebíamos muitas notificações do SOS Criança, dos Conselhos Tutelares. São serviços que estão sendo desarticulados sistematicamente. Políticas de desarticulação desses serviços. Era uma fonte. Hoje em dia está muito menos do que era”.

Há uma tentativa de retirada das queixas ou de não terminar o processo jurídico quando as vítimas conhecem as repercussões jurídicas.

“Aí o menino é sobrinho dela. Então ele vai ser autuado como infrator e vai para a FEBEM. Aí a pessoa diz ‘Deixa prá lá...É complicado’.

As instituições não são organizadas de modo a guardar as diferenças entre as distintas infrações, desestimulando a população em sustentar as queixas. B comenta:

“Todos vão para o mesmo lugar. Só que é complicado porque a partir do momento em que é feita a denúncia, não tem como desistir... A gente tem que seguir com os procedimentos.”

“Ou mesmo a menina que denunciou o pai... Ela volta atrás com medo que o pai vai ser preso, vai morrer na cadeia”.

A ausência de uma anterior organização do hospital, em torno dos casos de abuso sexual, resultou em muitas denúncias que deixaram de ser feitas, segundo a médica.

“Porque antes o que acontecia é que não havia notificação. Perdiam-se muitos casos. Então, é necessário notificação. Então todo caso de abuso e maus tratos têm que ser notificados. Se foi criado esse protocolo, é porque muitos pediatras não faziam isso”.

Santos (1984), nos chama a atenção para o seguinte fato:

“Dada a complexidade dos fatores implicados na gênese do abuso sexual contra uma criança, e principalmente, por este se dar geralmente na relação menor-família, a criminalização do agressor freqüentemente não trás benefícios concretos à vítima”

(pag. 32).

As condições de dependência material e emocional do papel de filha/o tornam, nesse caso, a questão da denúncia um problema e não uma solução. O esvaziamento das notificações pode ser melhor compreendido ao verificarmos a superposição de papéis aqui existentes.

O agressor, geralmente desempenha vários papéis no sistema em que a criança ou os adolescentes estão inseridos: pai-provedor-agressor, pai-provedor-companheiro-agressor, irmão-filho-agressor, avô-provedor-pai-agressor. Enfim, suprimir o papel do agressor, significa também se ausentar de outros papéis importantes para as vítimas e outros componentes de sua rede familiar.

A situação se complica quando existe complementaridade de papéis entre o agressor e outros integrantes da família. Existindo congruência noutros vínculos familiares, as chances das vítimas terem sua situação mudada, tornam-se menos promissora.

Acrescente-se à dificuldade mencionada, o fato da ausência do protocolo no hospital. O esvaziamento das notificações, nesse caso, seguramente foram maiores.

Cena 6

5.7 A situação da família: entre a cruz e a caldeirinha

A reação da família frente ao abuso sexual difere quando a vítima é uma criança ou uma adolescente. No fórum, as crianças pequenas são defendidas pela família. B nos fala:

“... aí a família fica indignada e vai fazer a denúncia. A família vai atrás. A família faz a denúncia.”

“Uma mãe que chega notificando é uma mãe que está do lado do filho. está tentando proteger a criança.

O mesmo não acontece no hospital quando o agressor é da família. A médica entrevistada nos diz:

“Muitas vezes a mãe, quando o agressor é o pai, a mãe encobre o agressor.

Se o agressor foi o pai ou foi o irmão ela de certo encobre o fato. Vem em busca de cuidados para a criança, mas não quer confusão”.

Situação semelhante acontece no fórum com as adolescentes cujas mães geralmente não acompanham as filhas por não acreditarem no fato.

“Na maioria das vezes a mãe não acredita, outros familiares também não acreditam e então elas tomam a iniciativa por si.”

Segundo B., a mãe da adolescente pode ver em sua filha uma rival e por isso, não a apoia.

“Mas é uma relação complicada com a mãe. Muitas vezes a filha vira rival. A filha vai prá fora. Ela é que tem que sair. Na maioria das vezes a mãe nega”.

“As mulheres dizem que é impossível, que o marido jamais faria uma coisa dessas, que a menina é que quer sair de casa.”

Quando a mulher tem uma postura de omissão frente ao que acontece com a jovem filha, pode estar buscando livrar-se de uma vida sexual indesejável.

“É grande mentira criada porque ela realmente não percebeu que o companheiro estava dando em cima da filha dela”.

“Isso atua de forma omissa. Ela é omissa. Ela se torna livre. É muito comum para essas mulheres religiosas que a vida sexual não é prazerosa. Então o homem vai para outro lado. Só que o outro lado é a menina”.

A população do hospital tem uma postura diferente quando o agressor é de fora da família. A médica nos fala:

“Quando é de fora, vem falar e quer justiça e quer polícia e quer o exame de corpo delito prá prender, processar o estuprador. O abusador quando não é da família é um estuprador. quando é da família ‘ah! vamo tentar resolver, vamo tentar acomodar...”

Conforme mencionamos anteriormente, os complicadores das denúncias relacionam-se basicamente aos muitos papéis desempenhados pelo agressor junto ao grupo familiar.

Caso as vítimas dispusessem dos abrigos, ficariam protegidas contra novas investidas sexuais e as notificações certamente, aumentariam.

Sem essa garantia, os riscos de novas violências deflagradoras de óbitos, constituem-se razões para silenciar.

Como já vimos, a aliança do estado com idéias de uma masculinidade autorizada a cometer agressões, cria um sistema institucional cúmplice da violência.

CENA FINAL

6.1 Daremos fim a agonia da violência?

Connell está certo quando diz que as instituições, em geral, reproduzem o mundo masculino. Sendo assim, tanto a Vara da Infância e Adolescência, quanto o hospital, assumem papel de patrão frente ao cidadão que deles se utilizar, no caso do abuso sexual. As instituições exigem de seus profissionais determinadas posturas frente às vítimas, sem lhes dar recursos para efetivá-las. Estes, em contrapartida, parecem concordar com a situação, pois, não colocam nenhuma resistência à conduta de mau atendimento, quando não, a omissão de ciência do fato.

Resulta disso, o incentivo às medidas individuais de socorro adequado, já que não são criados treinamentos, onde os profissionais poderiam ser capacitados para um atendimento coerente e integrado ao vitimado, nas diferentes áreas profissionais. Numa

estrutura sem preparo, as condutas incompletas e a ausência de procedimentos fundamentais ao atendimento da população, são as mais encontradas.

O papel que as vítimas esperam ver desempenhado pelas instituições é o de um homem-instituição com atitudes que o homem-pessoa deveria ter, ou seja: competente, justo, íntegro, moralmente correto, cuidador, curador, protetor. Como se, desse modo, o homem-agressor, pudesse ser confrontado e se saísse perdedor nesse confronto.

No caso do hospital, dele é esperado a remediação dos danos físicos causados pelo abuso e oferta de dados para uma possível denúncia. Porém, ali os trabalhos se estruturam de tal maneira, que à população, resta pedir e aguardar. Não há, em geral, uma conduta de adequar os serviços médicos à realidade dos usuários.

As mulheres, as crianças e os adolescentes são tratados como cidadãos menores e, paradoxalmente, solicitam ajuda ao mesmo sistema que na verdade os enfraquece.

Dentro desse modelo de instituições, o atendimento aparece como um exemplo contundente do descaso com as pessoas. As vítimas, num momento de sofrimento e dor muitas vezes física e moral, são recebidas como uma ficha a ser preenchida. Ali, ficam várias horas em sala de espera, onde, provavelmente continuam revivendo a cena ou as cenas do abuso sexual e ninguém se inteira de seu estado que é de emergência.

Se, na vida privada foi vítima do abuso sexual, na vida pública das instituições vive a violência da estrutura organizacional. Tem que perfazer uma caminhada entre exames médicos, conversas com assistentes sociais e psicólogos e, finalmente, aguardar decisões do juiz da Vara Criminal. O agressor permanece intocado, raramente estará ansioso e ponderando se será ou não condenado.

O modelo masculino das instituições é construído de tal forma que protege os agressores. Isso faz pensar numa hegemonia masculina percebível na resistência em proceder com as condenações aos agressores.

A estrutura de atendimento de ambas as instituições, não acolhe adequadamente as vítimas do abuso sexual, não há serviços de apoio que oferecessem oportunidade de trabalhos de inversão de papéis, para reduzir a frieza e aumentar a solidariedade entre as vítimas ou serviços de aperfeiçoamento do corpo profissional.

O procedimento institucional parece construído para desmontar, através de desistência, as ações jurídicas contra os homens agressores.

Não bastassem as dificuldades para chegar até esses serviços, é necessário enfrentar a espera cujos resultados se desconhece.

Quanto aos encaminhamentos, é possível verificar que, o convívio com a violência, faz com que os profissionais criem novas condutas para remediar os procedimentos das instituições antes que, as pessoas assistidas, lancem mão dos seus próprios métodos de justiça.

Há um retalhamento nos serviços oferecidos à vítima, de modo que, acabam justificando os encaminhamentos, onde há um processo repetitivo dos procedimentos fazendo a vítima ser lembrada, permanentemente, da violência sofrida.

Visto que a instituição não promove treinamentos aos profissionais e nem acompanhamentos supervisionados, as vítimas ficam à mercê de profissionais que, podem ou não, usar de posturas adequadas no atendimento.

Merece a nossa atenção o relato acerca da presença marcante da polarização dos gêneros, no atendimento da população nas distintas instituições. É notável que, o mesmo comportamento de agressão sexual assuma significados diferentes para o masculino e o feminino. Se um garoto tem um ato sexual forçado por uma mulher mais velha, isso é considerado uma iniciação sexual, e os registros não atestam o contrário. Porém, quando o caso é de uma garota, o significado dado para o mesmo ato, é de violência, Seja porque perdeu a virgindade, considerada um valor, seja porque foi um ato cometido contra a vontade da jovem.

Para o gênero masculino permanece a imposição das provas de virilidade através da realização de atos sexuais, sempre que surgem oportunidades, sendo incabível questionar a escolha do ato acontecer ou não, menos cabível pensar na escolha da parceira. É como se toda oportunidade, não pudesse ser desperdiçada.

Dizer que a mulher entra aqui como mero objeto de um exercício sexual, é redundante. Cabe lembrar que, as alianças com modelos de uma masculinidade agressiva, assumidos também pelas mulheres, as tornam cúmplices das violências de que são vítimas.

Em seu livro “Um É O Outro”, Badinter nos lembra que

“...estamos agora convencidos de que elas também podem encerrar um potencial de agressividade que subverte a imagem tradicional da mulher” (pag.224).

A mulher aparece nos relatos como uma “educadora”, uma “iniciadora” sexual. Não se espera atitudes violentas sobretudo na sexualidade, ao contrário do gênero masculino cujos atos sexuais são mais reconhecidos como agressivos.

Essa visão de superioridade masculina, onde a sexualidade é uma arma agressiva, acaba sendo uma armadilha para os próprios homens.

Chama-nos a atenção a ausência de notificações de abuso sexual cometidos contra os rapazes. Foi-nos relatado, a ausência de atendimentos aos adolescentes com queixa de abuso sexual, cometido por homem adulto.

Indagamos então, se os abusos cometidos contra rapazes, têm cifras menores por não serem denunciados ou, por ocorrerem, deveras, em menor número?

Ou será que não são entendidos como abuso sexual, sendo assumidos, na compreensão da sexualidade masculina, com outros significados?

Se na construção do gênero masculino, os atos sexuais ocorridos na adolescência, são sempre entendidos como iniciáticos, isso se constitui uma situação de desproteção para os jovens rapazes. Dificilmente os casos de violência sexual cometidos contra eles seriam, então, notificados. Embora a lei preveja punição para violências cometidas contra ambos os sexos, podemos supor que notificá-los seria assumir a existência da fragilidade no mundo dos machos, cometendo-se assim uma “heresia” e até mesmo o banimento do

denunciador. Esse ato perverso para com os homens, certamente fica incorporado à construção de sua identidade.

No tocante ao esvaziamento das denúncias, a ausência de instituições que discriminem os diferentes tipos de infrações parece constituir-se como recurso para desarmar os ânimos de quem resolve realizar as queixas.

Subliminarmente, as vítimas são culpabilizadas pela instituição jurídica e de saúde cuja organização desestruturada e desestruturante, fala à consciência dos que denunciam: Você vai cometer essa crueldade, enviando seu pai à prisão? Ou, vai enviar esse velho à cadeia?

Ou ainda, vai enviar esse jovem, que só cometeu excessos próprios de sua idade a uma FEBEM, para conviver com bandidos perigosos e fazer carreira no crime?

É possível que na postura institucional esteja a desconfirmação da denúncia feita pela pessoa agredida e é ali mesmo que se vira o jogo: a vítima torna-se a carrasca e o abusador um pobre infeliz, uma vítima de sua loucura momentânea, do desespero, da bebida.

Podemos constatar até mesmo o clima de absurdo, que é fazer queixa de um comportamento, que é legitimamente esperável por parte dos homens.

Se isso tudo não fosse suficiente, há ainda a chance do acusado ser “salvo” pela decisão judicial que, confirma a hegemonia masculina e o acusado não é sentenciado.

Tal atitude nos faz pensar que o Estado se coloca mais em posição de aliado da violência do que de cumpridor de leis. Se considerarmos o fato de que são os homens que

ocupam, na maioria das vezes, cargos de poder nos espaços públicos e/ou institucionais, as alianças mencionadas por Connell (1995) estão aqui presentes. Este autor, nos lembra a existência da hegemonia masculina e as alianças realizadas entre os homens segundo seus interesses, em momentos específicos.

Poucos e raros são os casos resolvidos a favor das vítimas. A solução imediata das violências requer a transferência das crianças e dos adolescentes para novos lares ou abrigos mantidos pelo Estado e os investimentos públicos para essa medida têm sido frágeis e ineficientes.

Ao enfocarmos as instituições nesse trabalho, buscamos enxergar o quanto reproduzem e mantêm a violência do abuso sexual e, por conseguinte, o poder nas relações. Vimos que, as instituições estruturadas ao amparo e a proteção das vítimas, se transformam em perpetuadoras da agressão por processos de adiamento da punição ou libertação do abusador, bem como pelas omissões de profissionais que declinam de sua tarefa de prestadores de serviço às vítimas.

A indagação inicial acerca do abuso sexual e a extensão desse fato nos parece, ao término desse trabalho, um dos alertas para a forma destrutiva como os sistemas têm se constituído. O uso indiscriminado de poder através da violência nas suas mais diversas expressões, junto a quem é mais frágil, pode fragilizar os objetivos do sistema fazendo-o gerar um “buraco negro” social, onde as instituições estruturadas para a proteção e amparo do vitimizado se transformam em perpetuadores da agressão nos processos de adiamento de confronto com a justiça.

A história da humanidade revela diversos episódios de extinção de povos e civilizações, cujos legados se perderam. Se, as gerações futuras vivem um presente marcado pelo aprendizado da violência, nos parece pouco provável ingressarmos num novo milênio com homens e mulheres melhores do que os seus predecessores.

SUMMARY

The current essay entitled “Sexuality and Violence: the institutions as a way of perpetuation”, refers to a research done at institutions which aim to support sexual

violence victims, showing how those very institutions prolong that violence to the victimized population.

Through the gender theories and psychodrama, the framework binding together the several relations found at those institutions is understood.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, M. Teatro da Anarquia um Resgate do Psicodrama.

Ed. Papirus, Campinas-SP, 1988.

BADINTER, E. Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno. Ed.Nova

Fronteira. RJ, 1985.

. Um É O Outro. Ed. Nova Fronteira. RJ, 1986.

Sobre a Identidade Masculina. Ed. Nova Fronteira, RJ, 1993.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação Qualitativa em Educação. Porto Editora.

Portugal, 1994.

BRASIL, Ministério da Saúde, Violência contra a criança e o adolescente. Proposta

preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica, Brasília,

1993.

BUSTUS, D.M.; COLABORADORES. O Psicodrama. Summus Editorial, SP, 1982.

CONNELL, R. W. Masculinities. University of California Press, Berkeley, 1995.

CONSTANTINE, L.L.; MARTINSON, M.F. Sexualidade Infantil Novos Conceitos

Novas Perspectivas. Ed. Roca, SP, 1984.

CHODOROW, N. Psicanálise da Maternidade. Ed. Rosa dos Tempos, RJ, 1990.

DESLADES, S.F. Prevenir a Violência: Um desafio para profissionais de saúde,

FIOCRUZ/ ENSP/ CLAVES-Jorge Careli, Rio de Janeiro, 1994.

Crescer sem violência. Um desafio para educadores,

FIOCRUZ/ENSP/CLAVES-Jorge Careli, Rio de Janeiro, 1997.

GONÇALVES, C.S.; WOLFF, J.R.; ALMEIDA,W.C. Lições de Psicodrama

Introdução ao Pensamento de

J.L.Moreno. Ed. Agora, SP, 1988.

GTPOS, ABIA, ECOS Guia de Orientação Sexual Casa do Psicólogo Livraria e Editora Ltda, SP, 1991.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Micropolítica Cartografias do Desejo. Ed. Vozes, RJ, 1993.

INESC; Dossiê O Tráfico de Crianças Brasileiras Um Horror Restrito aos Leitores de Brasília. DF, 1994.

LOWEN, A. O Corpo Traído. Summus Editorial, SP, 1970.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. E.P.U., SP, 1986.

MARTÍN, E.G. J.L.Moreno: Psicologia do encontro. Livraria Duas Cidades, SP, 1984.

MORENO, J.L. Psicodrama. Ed. Cultrix, SP, 1993

Fundamentos do Psicodrama. Summus Editorial, SP, 1983.

MURARO, R.M. Os Seis Meses Em Que Fui Homem. Ed. Rosa dos Tempos, RJ, 1990.

PRIORE, M.del (org.) História da Criança no Brasil Ed. Contexto, SP, 1992.

SAFFIOTI, H. O Poder do Macho. Ed. Moderna, SP, 1990.

Violência Doméstica Questão de Polícia e da Sociedade. Núcleo Interdisciplinar de pesquisa e Ação (NIPAS) RJ

SÁNCHEZ L., PÉREZ L. Manual de Educación Sexual para la Prevención del Abuso Sexual Infantil Ediciones Livro Amigo, Lima-Perú, 1996.

SANTOS, H.de O.; Crianças Violadas. CBIA, 1991.

SUPLICY, M.; O Sexo para Adolescentes, Ed. FTD, 1988 75

